

**APCEF/SP - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL
SÃO PAULO
CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 26.05.2023**

Pauta:

1. Escolha da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo;
2. Informes:
 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da APCEF/SP.
3. Apreciação do balanço de atividades e balanço patrimonial da APCEF/SP no período de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023;
4. Renovação de operações de crédito.

Constatado o quórum regimental, inicialmente com a presença de 26 Conselheiros(as), entre titulares e suplentes, iniciou-se a reunião às 10h20 do dia 26 de maio de 2023, na Sede da APCEF/SP. Presentes também o Presidente da entidade, Leonardo dos Santos Quadros, os Diretores Luiza Hansen Arruda dos Santos, Kardec de Jesus Bezerra e Sérgio dos Santos Cabeça, a Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho, a contadora da associação Eliete Alves de Brito Alencar e o coordenador da Assessoria Sindical Marcos de Castro. O Presidente Leonardo dos Santos Quadros abriu a reunião dando boas-vindas aos Conselheiros. Esclareceu que o Conselho Deliberativo é uma das instâncias de poder da Apcef/SP, juntamente com a Diretoria e a Assembleia Geral. E que é regido pelo Estatuto da Entidade e pelo Regimento Interno, aprovado pelos membros, sendo os trabalhos conduzidos por uma mesa diretora, que necessitaria ser formada naquela reunião. Acrescentou que na ocasião seriam apresentados o balanço patrimonial e o balanço de atividades, já aprovados pela Diretoria em 19/05/2023.

O Conselheiro Laercio da Silva Pereira propôs então que a mesa fosse composta por ele como Presidente, Messias Américo da Silva como Vice-Presidente e a Conselheira Cinara Barbalho Assensio como Secretária. O Conselheiro Carlos Alberto da Fonseca propôs que a mesa fosse composta pelo conselheiro Jair Marciéri Pimpinato como Presidente, Tiago Oliveira do Livramento como Vice-Presidente e Lilian Minchin como Secretária. O Conselheiro Marcos Vinicius Ramalho propôs que a mesa fosse composta de forma proporcional, sendo questionada pelos Conselheiros Tiago Oliveira do Livramento e Dinilza Nascimento Correia. O Presidente Leonardo dos Santos Quadros disse que seria então votada primeiramente a forma, depois a chapa. Procedida a votação do formato, dez conselheiros votaram no formato proporcional e quinze no formato majoritário. Passou-se então à votação das duas chapas para compor a mesa diretora. A chapa encabeçada pelo Conselheiro Laércio da Silva Pereira teve nove votos e a chapa encabeçada pelo Conselheiro Jair Marciéri Pimpinato teve dezesseis votos. Declarada então eleita

e empossada a mesa diretora, composta pelos Conselheiros Jair Marciéri Pimpinato (presidente), Tiago Oliveira do Livramento (vice-presidente) e Lilian Minchin (secretária).

O Conselheiro Jair Marciéri Pimpinato agradeceu o apoio recebido e deu sequência à reunião, sugerindo alteração na ordem do dia, sendo aprovada, que passou a ser:

- 1 Eleição da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo;
- 2 Informe: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da APCEF/SP.
- 3 Apreciação do Balanço de Atividades e do Balanço Patrimonial da APCEF/SP no período de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023;
- 4 Renovação de Operações de Crédito;
- 5 Informes Gerais;
- 6 Moções;
- 7 Cotidiano Caixa.

A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho informou sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27.05.2023 na Sede, tendo como pauta Apreciação do Balanço de Atividades e Balanço Patrimonial e Renovação de Operações de Crédito, respectivamente.

A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho passou então a apresentar o Balanço de Atividades referente ao período 01/04/2022 a 31/03/2023, informando seria comentado os principais tópicos, tendo em vista que o relatório tem 42 páginas. Tal apresentação condensa as atividades da entidade, bem como a participação dos associados, engloba toda a atuação da Apcef/SP, incluindo eventos culturais e sociais.

<u>Sindical</u>	<u>Sociais</u>	<u>Unidades</u>	<u>Serviços</u>
Defesa da Caixa Reuniões Campanhas	Eventos Sociais/Culturais Aposentados Esportes	Campos do Jordão Jurídico Avaré Suarão Ubatuba Flats Clubes	Jurídico Administrativo/TI Comunicação Marketing Atendimento Nutricional

Ponto a ser destacado:

Ação de desapropriação parcial do CECOM (construção de um CEU pela Prefeitura)

Em 2016, a Prefeitura anunciou que atenderia uma antiga reivindicação de moradores da região e construiria um Centro Educacional Unificado (CEU) em parte de área do clube.

Em setembro daquele ano foi publicada uma Declaração de Utilidade Pública (DUP) que determinou como sendo de utilidade pública uma área de 20.614,60 m², aproximadamente 28% do total da área do clube, que possui por volta de 74 mil m².

Em setembro de 2020, a prefeitura entrou com ação de desapropriação e o juiz determinou a realização de perícia para definir o valor da indenização.

A decisão referente à emissão provisória de posse foi publicada no Diário Oficial em 8 de março de 2023. Em 14 de abril, a prefeitura iniciou a colocação de tapumes no estacionamento e em outras dependências do clube para o início das obras.

Durante todo o processo, a APCEF/SP contou com assistência técnica e jurídica para resguardar os direitos da Associação e dos associados.

Foram feitas contratações de pessoal técnico a fim de poder discutir o valor da indenização. A Prefeitura alegava que o imóvel valia 15 milhões, o perito judicial avaliou em 23,911 milhões, que corrigidos seriam 27 milhões e o perito contratado pela APCEF/SP avaliou em 32 milhões corrigidos.

A área desapropriada inclui estruturas necessárias ao funcionamento do Clube, como cabine de energia, estacionamento, cabine de segurança etc. A juíza da ação entendeu que a indenização não inclui o valor das obras que terão que ser refeitas para a continuidade das atividades no espaço, devendo essas serem pagas além da indenização.

Quanto ao valor da indenização, a prefeitura depositou o valor incontroverso, ou seja, aquele que o perito judicial determinou, em uma conta judicial. AAPCEF/SP não tem acesso aos recursos neste momento, mas está buscando formas para viabilizar as obras necessárias para o pleno funcionamento do espaço.

O acesso ao valor será no final do processo, ou durante, se deferida a petição. As obras necessitam de autorização da Prefeitura Municipal para realização, a fim de se evitar embargos.

O Conselheiro Laércio da Silva Pereira indagou se o projeto aprovado para obras vai contar com os valores depositados. A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho esclareceu que o valor para as obras foi deferido pela juíza, mas ainda não foi depositado. O Conselheiro Laércio da Silva Pereira indagou qual seria o valor. O Presidente Leonardo dos Santos Quadros esclareceu que ainda não está fechado o valor, tendo em vista que o projeto ainda não está aprovado pela Prefeitura e apenas após aprovação é que será possível ter o orçamento completo das obras. Mas adiantou que há interesse em se dar um fim rápido a esse litígio, tendo em vista que a construção e administração dos CEO envolve uma licitação milionária. O Conselheiro Messias perguntou se seria possível mensurar o percentual do custo da assessoria jurídica sobre o valor da indenização. O Presidente Leonardo esclareceu que o pagamento é feito por peças, não por percentual.

A Superintendente prosseguiu com a apresentação do Balanço de Atividades, finalizando com a APCEF Cidadã, que consiste na produção de brindes e kits feitos pelos associados voluntários e aposentados em parceria com a OSC Moradia e Cidadania, entre outras instituições.

Na sequência, a Contadora da APCEF/SP, Sra. Eliete Alves de Brito discorreu sobre o Balanço Patrimonial, período de 01/04/2022 a 31/03/2023. Esclareceu que esse balanço é auditado por empresa independente, sendo que, dois dos auditores estavam presentes na reunião. O Conselheiro Hélio Takao Kinishi sugeriu que o balanço seja acompanhado de notas explicativas. O Presidente Leonardo afirmou que serão produzidas e publicadas na página da Associação. Alguns conselheiros indagaram sobre a variação entre receita e número de

associados, a receita aumentou, o número de associados foi reduzido. O Conselheiro Hugo sugeriu, então, que se concluisse a explanação do Balanço e, ao final, que as dúvidas fossem trazidas para esclarecimento. A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho mencionou novamente sobre a auditoria e sobre a presença dos auditores na reunião. O Conselheiro Laércio da Silva Pereira falou sobre a necessidade de os Conselheiros disporem dos dados do balanço com antecedência. Também lembrou que os Conselheiros, em sua maioria não tem formação técnica em contabilidade, daí a premência das notas explicativas. Ao que o Conselheiro Hugo Martins de Souza Saraiva contradisse, afirmando que os Conselheiros não são formados, mas o balanço passando por auditoria independente nos dá maior segurança em sua aprovação. Sugeriu ainda que os comentários sejam apresentados ao final da exposição.

Apresentamos um quadro sinótico do Balanço:

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Período de 01 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 (valores em reais)

ATIVO	MAR/22	MAR/23
<u>Ativo Circulante</u>	<u>11.928.824</u>	<u>10.915.856</u>
Caixa e equivalentes de caixa	9.094.477	7.569.081
Contas a receber de associados	1.096.166	1.488.349
Estoques	94.814	153.376
Outros créditos	205.337	163.438
Despesas pré-operacionais	1.438.030	1.541.613
ATIVO	MAR/22	MAR/23
<u>Ativo Não Circulante</u>	<u>79.362.398</u>	<u>100.247.178</u>
Realizável em longo prazo	200.577	27.984.251
Investimentos	34.798.558	34.798.558
Imobilizado e intangível	44.363.262	37.464.368
TOTAL DO ATIVO	91.291.221	111.163.034
PASSIVO	MAR/22	MAR/23
<u>Passivo Circulante</u>	<u>9.175.287</u>	<u>11.848.260</u>
Fornecedores	884.664	1.292.796
Obrig. c/pessoal e enc. trab.	239.288	282.867
Obrigações tributárias	6.349.127	8.203.416
Adiantamento de associado	660.643	946.393
Férias e 13º a pagar	975.032	1.070.464
Outras obrigações a pagar	66.531	52.325
PASSIVO	MAR/22	MAR/23
<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>1.312.504</u>	<u>2.317.764</u>
Contingências trabalhistas	22.185	-
Contingências tributárias	1.240.319	2.267.764
Contingências proces. Judiciais	50.000	50.000

Patrimônio líquido	80.803.430	96.997.010
Patrimônio social	31.802.234	30.766.392
Reserva estatutária	23.799.463	22.763.620
Reserva de Reavaliações	27.273.418	27.551.647
Resultado do período	(2.071.685)	15.915.351
TOTAL DO PASSIVO	91.291.221	111.163.034

<u>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO</u>	<u>MAR/22</u>	<u>MAR/23</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>20.155.250</u>	<u>24.336.427</u>
Receita mensalidades	16.683.644	18.171.206
Receita colônias e subsedes	3.471.606	6.165.221
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	<u>20.155.250</u>	<u>24.336.427</u>
RECEITA (DESP) OPERACIONAL	<u>(23.035.113)</u>	<u>(9.079.574)</u>
Despesas com pessoal	(11.514.824)	(13.241.319)
Despesas com serviços	(6.918.543)	(9.412.618)
Despesas adm. e operacionais	(5.158.885)	(7.514.307)
Despesas tributárias	(1.775.187)	(3.260.664)
Outras receitas operacionais	3.026.847	25.041.934
Outras despesas operacionais	(694,521)	(692.600)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	<u>(2.879.863)</u>	<u>15.256.853</u>
Receitas financeiras	612.145	1.096.026
Despesas financeiras	(82.196)	(159.299)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(2.349.914)</u>	<u>16.193.580</u>

Terminada a apresentação do balanço patrimonial, passou-se então à votação, sendo aprovado com 15 votos a favor e 10 abstenções.

A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho informou sobre a exigência da autorização para a Renovação das Operações de Crédito, que são as operações com os bancos Caixa e Bradesco, como o cheque especial, o cartão de crédito etc. A autorização foi concedida por ampla maioria dos Conselheiros, havendo apenas uma abstenção.

O Conselheiro Laércio da Silva Pereira apresentou uma proposta sobre o valor da indenização pela desapropriação: qualquer tipo de investimento a ser feito,

somente com a aprovação de assembleia de associados. O Vice-Presidente Tiago Oliveira do Livramento esclareceu que, de acordo com o Estatuto, obras de adaptação não têm que ser deliberada pelo Conselho e pela Assembleia, apenas quando houver aquisição. A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho esclareceu que o valor destinado para obras necessariamente terá que ser exclusivo para essas obras. O Conselheiro Antônio Carlos Cordeiro ressaltou que em caso de venda de imóvel, também há necessidade de deliberação pelo Conselho e pela Assembleia, inexistindo no Estatuto necessidade de se realizar Assembleia para usar o valor destinado às obras mencionadas. O Vice-Presidente da mesa salientou que a proposta apresentada pelo Conselheiro Laércio da Silva Pereira não será colocada em votação por estar fora do Estatuto.

Em seguida adentramos em outro item da pauta:

Informes Gerais

A Superintendente Vanice Rodrigues Carvalho informou que os termos de posse foram impressos para assinatura dos conselheiros presentes.

O Presidente Jair Marciéri Pimpinato propôs sejam as reuniões realizadas bimestralmente, proposta aprovada por ampla maioria. Foi apresentada extemporaneamente uma proposta de reuniões mensais, sendo o Conselheiro esclarecido de que se houver necessidade, reuniões extraordinárias serão convocadas, conforme preceitua o Regimento Interno. O Presidente da Mesa indicou a necessidade de se fazer uma reunião para aprovação do Regimento Interno gestão 2023/2026, que sugeriu seja realizada no dia 23/06/2023, sendo aprovada pelos Conselheiros(as). O Conselheiro Laercio da Silva Pereira propôs que sejam disponibilizados aos Conselheiros antecipadamente o Regimento atual e a proposta de alteração, sendo informado que a proposta de novo Regimento será encaminhada imediatamente e que o Regimento anterior poderá ser consultado no site da Associação. O Presidente informou ainda que será disponibilizado estacionamento gratuito para os que necessitarem, por ocasião das reuniões, endereço a ser divulgado no grupo de WhatsApp, que será criado com todos os Conselheiros. Informou que hoje, 26/05/2023 terá um evento "Samba no Café" no Café dos Bancários e que no dia 14/06/2023 acontecerá no Teatro Oficina um debate sobre democracia, inteligência artificial e assédio, denominado "Pronto Falei".

Passou-se então à pauta "**Moções**".

O Conselheiro Marcus Vinicius Ramalho sugeriu que as moções sejam encaminhadas via WhatsApp para os Conselheiros. O Conselheiro Laércio da Silva Pereira sugeriu que as moções sejam impressas antes para leitura.

O Conselheiro Laércio da Silva Pereira apresentou a moção:
Não ao teto de gastos do novo arcabouço fiscal:

O projeto de austeridade em tramitação no Congresso Nacional inclui restrições nos gastos públicos e investimentos, deixando de fora o pagamento da dívida

pública que hoje já destina 46% de todo o orçamento federal aos banqueiros e especuladores.

As regras do novo teto preceituam que o crescimento das despesas não pode ultrapassar 70% do aumento das receitas e, caso a meta do superávit primário (receita menos amortização e juros da dívida) não seja cumprida, no ano seguinte o teto para os gastos ficará em 50% do aumento das receitas e, caso se repita, no ano seguinte se limitará a 30%.

Com isso, pode haver contingenciamento (bloqueio) de despesas no decorrer do ano, caso a previsão desse superávit não seja atingida. Assim, o governo não poderá criar despesas obrigatórias como o reajuste do funcionalismo, o pagamento das aposentadorias e todos os benefícios da seguridade social, por exemplo.

Não é possível remendar o novo teto, tentando torná-lo menos ruim. É preciso eliminá-lo por completo.

Precisamos sim de um arcabouço social que acabe com o mecanismo de transferência de riqueza aos já muito ricos e garanta investimentos em políticas públicas, renda e emprego.

Em defesa, disse que não é possível colocar teto nos gastos numa situação de tanta desigualdade neste País. Se manifestou contra a nova forma de teto. O Conselheiro Hélio salientou que o relatório prevê que se não se cumprir a meta por dois anos não pode haver sequer concursos públicos. Em contraposição, o Conselheiro Hélio disse que o Governo está trabalhando para que possam acontecer as alterações. A discussão não é só do mérito, mas o que é necessário para aprovar. O Congresso atual é o pior possível. Colocada em votação, a moção foi aprovada por 13 votos favoráveis, 09 abstenções e 01 contrário.

O Conselheiro Marcus Vinicius Ramalho propôs:

Moção de repúdio ao racismo e aplauso à Luta de Vinicius Junior

Vini Junior, além de ser considerado hoje um dos melhores jogadores de futebol do planeta, é irreverente, pratica um futebol alegre e, mais que tudo, não se cala e não abaixa a cabeça frente ao racismo que constantemente sofre, particularmente desde que foi contratado pelo Real Madrid. O que mais incomoda aos racistas é o preto que luta, o preto que denuncia o crime que sofre.

Repudiamos toda e qualquer manifestação racista e conclamamos todos os trabalhadores, em particular os do esporte, a que levantem suas vozes para que os racistas sejam enfrentados e derrotados.

Racismo é crime.

Não punir e se calar é ser cúmplice.

Moção aprovada por unanimidade.

Após a apresentação das moções, realizamos uma pausa para o almoço.

Na sequência, discorreremos sobre o último item da pauta;

Cotidiano Caixa

Contribuições:

Daniel Cortinhas: Inicialmente, o colega da área de tecnologia da informação discorreu sobre a situação das Unidades de T.I. na Caixa, com o esvaziamento da estrutura, a perda de talentos para a iniciativa privada, pela ausência de plano de carreira, e o sucateamento de equipamentos e sistemas utilizados pela empresa, que percebe como uma tentativa de enfraquecimento da Caixa.

Geraldo José da Costa e Silva: Em sua fala, o colega solicitou a elaboração e apresentação de um relatório semestral ou anual que acompanhe a variação do número de associados para acompanhamento do Conselho.

Messias Américo da Silva: Defendeu a realização do CONECEP como ferramenta para a mobilização dos empregados da Caixa e considerou burocrática a decisão da CONTRAF/FENAE em não o fazer, inviabilizando a organização da categoria bancária, em especial nos principais bancos públicos. Propõe que a APCEF/SP promova encontro de base, com caráter deliberativo, para discutir e decidir sobre a situação da categoria, organização do movimento, em especial a campanha de 2023.

José Roberto Batista Ferreira: Falou da importância em visitar os locais de trabalho, para que se possa conhecer as demandas dos empregados.

Marcos de Castro: Falou da necessidade de um projeto estratégico para a manutenção da Caixa como banco social.

Hugo Martins de Souza Saraiva: Sugeriu a realização de reuniões extraordinárias para tratar de assuntos sensíveis à categoria, como por exemplo: trabalho remoto, Saúde Caixa, FUNCEF etc.

Propôs uma resolução em apoio aos empregados que atuam na área de TI.

Marcos de Castro: Falou da necessidade de fortalecer a Caixa, valorizar os empregados, a respeito das perdas de direitos trabalhistas desde a saída da Presidenta Dilma, da necessidade de engajamento dos empregados para pressionar a direção do banco e avançar neste sentido.

Mencionou sobre o problema dos empregados que ingressaram na Caixa depois de 2018 (depois da reforma trabalhista).

A questão do trabalho remoto e do isolamento social.

Lembrou que nada será conquistado sem luta e a participação dos empregados, apesar da eleição de um Governo mais sensível às pautas dos trabalhadores.

Laércio Rosa da Silva: Afirmou que a redução do número de empregados no atendimento da população que procura as agências resulta na sobrecarga de trabalho, estresse e adoecimento dos empregados, além disso, numa prestação de serviço ruim, com longo tempo de espera para o efetivo atendimento dos clientes (podendo chegar a 2 horas de espera).

Relatou como é frequente o recebimento de documentos falsos, inúmeras tentativas de golpes e na ausência de respaldo do banco para o enfrentamento desta questão.

O banco deveria implantar um modelo de atendimento não excludente.

Além disso, quem atua no atendimento expresso precisa ter um plano de carreira.

Hoje em dia, os empregados não querem estar no atendimento pela ausência de oportunidade de crescimento profissional.

Falou da necessidade de melhoria nas condições de trabalho dos terceirizados que ficam expostos no autoatendimento (agressão física, calor etc.).

O trabalho das retaguardas faz falta.

Antônio Carlos Cordeiro: Discorreu sobre diversos temas da categoria como por exemplo: home office, infraestrutura, assédio moral, cobrança de metas abusivas, condição de trabalho precarizado dos terceirizados, a diferença entre o piso do comerciário (correspondentes bancários) e do bancário, sugerindo que estes trabalhadores pudessem se associar à Apcef/SP.

Enfatiza que os locais de trabalho devem ser visitados e acompanhados de perto.

E falou da importância dos programas sociais e do papel da Caixa na sociedade.

Laércio da Silva Pereira: Falou sobre a importância de se discutir os temas da tecnologia da informação na Caixa, do trabalho remoto, do plano estratégico da empresa, do Saúde Caixa, pedir a contratação de mais empregados para oferecer um atendimento de qualidade à população.

Propôs uma resolução para que haja o CONECEP e outra resolução para a contratação de mais empregados.

Mário Marques: Falou da segregação dos terceirizados e de condições ainda piores de trabalho para estes trabalhadores.

Propôs o cadastramento de todos os cipeiros da Caixa para promover a organização e a discussão dos problemas que afligem os empregados no dia a dia de trabalho.

Marcos Vinícius Ramalho: Falou do Projeto Agiliza, de empregados sendo agredidos na entrada das agências, da falta de segurança, da venda dos ativos da Caixa, da criação de um novo Estatuto para a Caixa, da organização estadual da categoria e da defesa da Caixa 100% pública. A necessidade da mobilização dos empregados para avançar nestes temas.

Messias Américo da Silva: Questionou a venda da Caixa Seguridade para um grupo francês, o estabelecimento de metas abusivas para a venda dos produtos, a exploração da estrutura da Caixa, inclusive de seus empregados, para gerar lucros que saem do nosso país.

José Roberto Batista Ferreira: Cipeiro do prédio da Estação São Joaquim, o colega falou da dificuldade que encontra para resolver os problemas relacionados à segurança do trabalho na atual estrutura das centralizadores

(CEREP), o desmantelamento da área de recursos humanos na Caixa que agravou os problemas encontrados. Falou da ausência de AVCB e de Brigada de Incêndio em seu edifício, da recusa da gestão na abertura de CAT, ou ainda, da abertura de CAT sem a comunicação da CIPA. A SIPAT sendo realizada com baixo orçamento. Propôs a realização de encontros entre os cipeiros e os delegados sindicais.

E alertou que a Caixa colocou a cargo dos cipeiros o tratamento dos casos de assédio moral na empresa, sem nenhuma conversa a respeito.

Marcos de Castro: Falou dos problemas dos cipeiros nas Unidades da Caixa e da necessidade de fiscalização trabalhista.

Hugo Martins de Souza Saraiva: Lembrou e prestou homenagem ao companheiro Furlan.

Falou da contratação de 800 novos empregados como resultado das reivindicações ainda que o número seja insuficiente.

Solicitou mais espaço às entidades representativas da categoria nos eventos de integração de novos empregados (Apcef's, Fenaef, Funcef, Saúde Caixa).

É preciso debater meios para a organização do movimento bancário e centralizar os debates no encontro nacional dos bancários.

Propôs a realização de Fóruns e Seminários para debater os temas mais importantes da categoria e promover sua organização.

Sugeriu aumentar o número de delegados sindicais.

Messias Américo da Silva: Fazendo um adendo, questionando se haverá ou não o CONECEF.

Recebeu da mesa a informação de que inicialmente não haverá.

Hugo Martins de Souza Saraiva: retomou a palavra e discorreu sobre a nova estrutura da Caixa, os problemas de recursos humanos (gestão de pessoas), as más condições das unidades da Caixa na região do ABC, com problemas de ar-condicionado quebrado, equipamentos obsoletos (caixas e computadores), ausência de manutenção e de investimento em infraestrutura.

Laércio da Silva Pereira: sobre o CONECEF, principal evento dos empregados e empregadas da Caixa, com indignação repudia a atitude do comando nacional em cancelar sua realização e sugere que este Conselho defenda a realização de encontro estadual aberto preâmbulo à realização de mais um democrático Congresso.

Foi proposta então uma votação para que o Conselho encaminhe sugestão ao Comando reivindicando seja revista sua decisão em não realizar o CONECEF neste ano.

Sugestão acatada por 13 Conselheiros, com 7 votos contrários e 1 abstenção.

Hélio Takao Kinishi: Falou da urgência em se discutir pautas específicas da Caixa, sobretudo a do Saúde Caixa.

Hugo Martins de Souza Saraiva: Discorreu sobre a função do CONECEF, sugeriu a realização de um debate nacional sobre os temas mais relevantes (Saúde Caixa).

Defendeu que o CONECEF não é a única opção, nem o único canal, para se debater os temas e organizar a categoria.

Na conferência nacional deveria ser priorizado o tema do Saúde Caixa, caso não haja o encontro estadual.

A mesa esclareceu que o Conselho não poderia decidir em votação a realização ou não do CONECEF.

Relação dos 32 Conselheiros(os) presentes à Reunião, 25 votantes:

Carlos Alberto Fonseca, Jair Marciéri Pimpinato, Lilian Minchin, Alexandro Tadeu do Livramento, Silvio Yamada, Tiago Oliveira do Livramento, Mario Marques, Fernanda Moscardi Hraschovetz, Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira, Benedito Pereira de Matos, Alba Maia, Cinara Barbalho Assensio, Marcus Vinicius Ramalho, Ricardo Rokutan, Messias Americo da Silva, Laercio da Silva Pereira, Geraldo José da Costa e Silva, Paula de Azevedo Santos, Valtair Aparecido Rosaboni, Guilherme Ribeiro Reis Barbosa, Andrea Matias Cordeiro, Odineide Gaspar da Silva, Antonio Carlos Cordeiro, Helio Takao Kinishi, Dinilza Nascimento Correia, Hugo Martins de Souza Saraiva, Marcio Rogerio Troya, José Roberto Batista Ferreira, Mateus de Melo Lima, Francisco Carlos Pugliesi, Laercio Rosa da Silva, Daniel Cortinhas.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a reunião e concluída a redação da presente ata, que segue assinada por:

Lilian Minchim
Secretária

Tiago Oliveira do Livramento
Vice-Presidente

Jair Marciéri Pimpinato
Presidente

